

Evidenciação sócio-ambiental: um reflexo da evolução histórica da Contabilidade e dos conceitos de homem, organização e meio ambiente

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar a evidenciação sócio-ambiental como tendo decorrido de uma evolução histórica da Contabilidade, e de seus próprios usuários, tendo acompanhado a evolução social, através da perspectiva da evolução de conceitos de homem, organização e meio ambiente, que se desenvolveram paralelamente com a Teoria das Organizações. Desta forma, alinham-se as demandas dos usuários das comunicações organizacionais, incluindo-se as demonstrações contábeis, e os padrões éticos mais contemporâneos dos cidadãos conforme a visão de Guerreiro Ramos, que trata de um novo modelo de homem, o homem parentético. Para fundamentar este alinhamento, são também apresentadas e discutidas questões como ética, ideologia, mudança de paradigmas e responsabilidade sócio-ambiental, consideradas fortemente relacionadas. Por fim, são tecidas considerações a respeito da relevância do tema como pauta nas discussões acadêmicas, no ensino e na prática contábeis, a fim de acompanhar essa dinâmica social. Trata-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar, com abordagem sociológica, abrangendo conceitos e temas que são continuamente rediscutidos no meio acadêmico.

Palavras-chave: evidenciação sócio-ambiental; evolução da Contabilidade; conceitos de homem, organização e meio-ambiente.

1 Considerações iniciais

A Contabilidade se desenvolveu, ao longo da História da humanidade, estando associada à sua evolução. Sendo assim marcado pela evolução da Humanidade, o desenvolvimento da Contabilidade pode ser alinhado ao desenvolvimento de conceitos como os de homem, organização e meio ambiente, que foram se modificando ao longo do tempo, para acompanhar a dinâmica social e, portanto, embasando as ciências ditas sociais.

Assim como outros estudiosos, Iudícibus (2009, p. 29) ressalta a importância de se conhecer a evolução histórica da Contabilidade e entender a evolução da sociedade, incluindo a evolução dos usuários da informação contábil e suas necessidades informativas, conforme segue:

é importante conhecer qual foi a evolução histórica da disciplina. A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, em suas necessidades informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da Contabilidade.

Associação semelhante é ressaltada por Sá (1997, p.16), em sua obra, informando que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Entretanto, apesar de haver clara ligação entre a evolução da Contabilidade e a evolução social como um todo, para entendimento do desenvolvimento do usuário da informação contábil, que gera necessidades diferenciadas a serem atendidas, uma compreensão básica da evolução do próprio ser humano, o contexto em que se relaciona e toma suas decisões se faz necessária. Assim, para esse artigo, elegeu-se alguns aspectos que foram considerados intimamente relacionados e que, de forma conjunta, resultam na maior

demanda contemporânea por evidenciação sócio-ambiental, em maior ou menor grau, em todo o mundo.

Diversos são os autores que consentem a respeito de que o surgimento da Contabilidade esteja atrelado ao aparecimento da própria civilização, e seus desenvolvimentos tenham sido concomitantes. Desta forma, vale ressaltar que, tanto em termos geográficos como temporais, a Contabilidade não evolui de forma uniforme, ao longo da História. Porém, alguns autores defendem que com a Globalização muitas barreiras vêm sendo vencidas, inclusive culturais, sendo possíveis as trocas de conhecimentos entre os diversos grupos sociais, e assim, a própria academia vem adotando práticas de pesquisa em parcerias internacionais.

Disso decorre que, ainda que a evolução histórica não seja comum a todos os povos, e muito esse trabalho vislumbre, sobretudo, a evolução da parte majoritariamente ocidental do mundo, não será discutida a validade ou não dessas bases, por não ser esse o objetivo da pesquisa. Entretanto, registra-se que o que poderíamos chamar de ‘estágio’ evolutivo da Contabilidade é diferenciado por todo o mundo, apesar dos esforços cooperativos entre as diversas nações, uma vez que muitos são os fatores que o influenciam.

Outra questão a ser ressaltada é a natureza da Contabilidade dentre os ramos do conhecimento. Para este trabalho, assume-se a Contabilidade como sendo tratada como ciência social. Não no sentido de defendê-la como ciência, mas tomando por base o fato de ser tratada como uma ciência e, considerada social aplicada, no meio acadêmico brasileiro. Contextualiza-se pois a Contabilidade como possuidora de características e desafios comuns às ciências sociais: aspectos subjetivos dos sujeitos, ideológicos e éticos.

Estes aspectos, que serão expostos ao longo do trabalho, contextualizam as diferentes demandas dos usuários da Contabilidade, ao longo do tempo, refletindo na forma como a Contabilidade os provê de informações que consideram úteis para sua tomada de decisão ou para simplesmente exercerem alguma forma de vigilância/controle sobre as ações organizacionais.

2 Aspectos metodológicos

No primeiro capítulo de sua obra, Iudícibus (2009) trata dos objetivos e metodologia da Contabilidade, apresentando algumas das várias abordagens da teoria contábil, dentre elas a abordagem sociológica:

“A Contabilidade, nesta abordagem, é julgada por seus efeitos no campo sociológico. [...] no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias. [...] Uma variante desta abordagem é a chamada Contabilidade Social, que consiste em ampliar a evidenciação contábil para incluir informações sobre os níveis de emprego da entidade, tipos de treinamento, demonstração de valor adicionado, etc. Outra ramificação importante é a Contabilidade Ecológica (Ambiental).” (IUDÍCIBUS, 2009, p. 9-10)

De forma inversa, o que se procura nesse trabalho é identificar a influência da evolução dos conceitos de homem, organização e meio ambiente de forma a culminar na maior demanda, e portanto, prática de evidenciação sócio-ambiental. Trata-se, portanto, de uma abordagem teórica, apresentando e tecendo ligações entre diversos conceitos e sua evolução.

Pode-se considerar o trabalho como interdisciplinar, uma vez que reúne conceitos inerentes às diversas áreas das ciências sociais aplicadas. São apresentados conceitos de homem, organização e meio ambiente, como sendo conceitos que evoluíram junto à Teoria

das Organizações, dando-se relevância ao modelo de homem apresentado por Guerreiro Ramos (2001), o que leva à necessidade de algumas discussões sobre ética, ideologias e paradigmas, que estão estritamente relacionadas.

Desta forma, pretende-se que as considerações apresentadas contextualizem a evolução da Contabilidade, para ao final tecer os alinhamentos entre sua evolução e as dos conceitos apresentados, de forma a verificar os reflexos desta ligação na atual prática de evidenciação sócio-ambiental, como resposta à demanda dos atuais e potenciais ‘novos usuários’ da informação contábil.

3 Fundamentação teórica

A Contabilidade é tão antiga quanto a história da civilização, e com ela evoluíram várias outras áreas do conhecimento e seus conceitos. Enquanto ciência social aplicada, a Contabilidade tem então por base conceitos como os de homem, organização e meio ambiente, que se desenvolveram com o passar do tempo. Os usuários da informação contábil, enquanto seres humanos, se desenvolveram, de forma a gerar ao longo da história diferentes demandas e, por consequência, evoluções na Contabilidade. Por sua vez, essa evolução humana e social também acompanha a compreensão de questões éticas e ideológicas, que serão igualmente apresentadas nos subitens a seguir.

Na obra organizada por Ribeiro Filho, Pederneiras e Lopes (2009), na unidade 19, José Maria Dias Filho tece considerações acerca dos novos delineamentos teóricos em Contabilidade, defendendo que as políticas de evidenciação contábil podem ser influenciadas pelo sistema de crenças e valores predominantes na sociedade. Nesse contexto, a Teoria da Legitimidade, derivada da Teoria dos Contratos, considera que as organizações “estariam sempre procurando estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade” (RIBEIRO FILHO, PEDERNEIRAS E LOPES, 2009, p. 323).

Dessa forma, a evidenciação contábil seria influenciada por fatores associados ao meio ambiente em que as organizações operam, sendo um desses fatores a crescente preocupação com problemas de caráter sócio-ambiental, ligados ao desenvolvimento sustentável e questões éticas como a tão discutida responsabilidade social das organizações.

3.1 Evolução da Contabilidade ligada à evolução social

Martins e Lopes (2007, p.2) afirmam que “o entendimento do papel da contabilidade dentro da sociedade e sua evolução pressupõem um entendimento mais amplo da sociedade e de suas inter-relações”. Assim, “se pode estabelecer claramente uma disciplina das ciências sociais que nasceu das demandas e anseios dos agentes operando em sociedade”.

Nesse sentido, desde as práticas mais longínquas e o método das partidas dobradas de Luca Pacioli (Itália – séc. XV) até os dias atuais, a Contabilidade se desenvolveu no sentido de acompanhar as necessidades de seus usuários. Os usuários, por sua vez, também foram se modificando. Nessa evolução, criam-se e recriam-se diversos demonstrativos com a finalidade de prover as informações demandadas à Contabilidade.

Martins e Lopes (2007, p. 23-27), ao tratar de uma linha de pesquisa que se consolidou na década de 80 e que denominaram como escola britânica, explicam como os estudiosos relacionados encaram a Contabilidade como uma prática institucional e social. Os usuários podem ser os mais diversos, internos ou externos, e a demanda por informações também, a depender por exemplo do local e momento histórico.

Os diversos autores citam que, ao longo do tempo, percebe-se que a contabilidade se desenvolveu impulsionada por alguns fatores, como aumento da capacidade produtiva, da complexidade das relações comerciais, da necessidade de se obter investimentos, a legislação

local, dentre outros. As estruturas organizacionais se desenvolveram, de pequenos grupos de autônomos que se juntavam às manufaturas, depois às grandes indústrias e atualmente com as sociedades abertas cujas ações são negociadas em bolsas de valores.

Assim, os usuários foram se modificando. Inicialmente, era o proprietário o único interessado em suas contas, não havendo necessidade de serem complexas. Posteriormente sendo necessário aprimorar as formas de controle à medida que expandia e diversificava suas atividades, necessitava de informações para tomar decisões e pagar tributos que lhe fossem cobrados e posteriormente, inclusive, prestar contas para obter empréstimos ou investimentos por parte de terceiros. Os usuários externos, sobretudo Fisco e investidores, figuram há mais tempo como usuários das informações contábeis.

Com o passar do tempo, as relações sociais se desenvolveram, bem como as organizações se tornaram mais complexas, de forma que diversos usuários internos passaram a necessitar de informações contábeis organizadas, como os administradores dos diversos setores da organização e os demais funcionários em geral.

Outros usuários externos, como os próprios consumidores, foram passando a se interessar pelas políticas de gestão socioambiental das organizações, por conta de uma evolução social, do próprio entendimento do homem sobre sua relação com as organizações e o meio ambiente, como será visto adiante. Através da evidenciação sócio-ambiental, é possível controlar a distribuição de riquezas, os impactos ambientais; enfim, evidenciar os benefícios e prejuízos advindos da atuação das organizações.

3.2 Evolução dos conceitos de homem, organização e meio ambiente

Motta e Vasconcellos (2006) sistematizam e disponibilizam o desenvolvimento dos conceitos de homem, organização e meio ambiente, que foram mudando ao passar do tempo e são base da Teoria das Organizações. Passou-se da visão de *homo economicus* (o foco estava nas estruturas organizacionais, na Escola Clássica de estudo da Teoria das Organizações) para a de *homo socialis* (quando se passou a um foco interno e relacional, com a Escola de Relações Humanas). Posteriormente, com o advento das Teorias de Motivação e Liderança, aperfeiçoou-se o modelo de homem para o *homo complexus*, que tentava hierarquizar as necessidades psicológicas humanas. Então, aperfeiçoou-se ainda tal visão, passando-se a estudar a construção social da realidade, a influência de fatores inconscientes na ação dos indivíduos (quebra da idéia de previsibilidade da ação humana), numa visão não-determinista do comportamento humano.

Então, há um homem que decide, segundo uma racionalidade limitada, devido à multiplicidade e complexidade de motivações de uma decisão de um ator social. E então, entende-se também a forte vinculação entre a estrutura formal e a organização informal, o que inclui na discussão a dimensão política da organização (homem organizacional). Por fim, fala-se em homem funcional, ao se tratar do homem que vive cotidianamente os conflitos de papéis.

Todas essas evoluções conceituais de homem acompanharam as evoluções conceituais de organização, classicamente vista como máquina (foco interno e estrutural – sistema fechado), passando a ser considerada esfera cultural, simbólica e política (sistema aberto e adaptativo), e chegando-se à concepção em que um grupo organizacional é encarado como ator social, ativo na construção do ambiente onde atua.

Enfim, junto ao desenvolvimento dos conceitos de organização, foram se desenvolvendo os conceitos de meio ambiente, à medida que se tornavam menos claras as fronteiras da organização. Por volta de 1960, a corrente denominada “contingência estrutural” traz o meio ambiente ao grupo de temas centrais em estudos de Teoria das Organizações,

dando origem às diversas áreas de estudo que culminaram em temas como gestão ambiental e responsabilidade social, fortemente marcadas pela transdisciplinaridade que sua complexidade requer.

Resumidamente, com a teoria dos sistemas abertos, considerou-se que a organização se adaptava ao ambiente sócio-técnico e econômico. Posteriormente, com a consideração dos aspectos políticos da organização, os estudos das relações entre a organização e o seu meio ambiente de negócios levaram ao desenvolvimento de um modelo que a encarava como ativa e influenciadora na sua construção. Quer dizer, o conceito de meio ambiente se ampliou, chegando a ser visto como resultado da interação e negociação dos diversos grupos organizacionais, que por sua vez são marcados pelas interações entre indivíduos (MOTTA E VASCONCELLOS, 2006, p. 283).

Nesse sentido, as ações organizacionais são encaradas cada vez mais como forte impactantes na sociedade, no ambiente, o que torna muito importante o estudo desses impactos e de como os diversos profissionais devem tomar suas decisões. Para tanto, busca-se o entendimento de Ramos (2001), que em seu texto defende que o homem contemporâneo tem consciência de carências críticas que vão além do nível da mera sobrevivência e tenta reavaliar a evolução das teorias das organizações usando os seguintes modelos de homem:

- Operacional: que equivale a outras denominações como ao *homo economicus*, ao *homo sociologicus*, e ao *homo politicus*, sendo o modelo predominantemente empregado na ciência política vigente. Este homem conforma-se aos critérios inerentes ao sistema social industrial. Ele é visto como um recurso mensurável e maximizável, que deve ser ajustado à organização.

- Reativo: aparece com a Escola das Relações Humanas, que considera sua complexidade, analisa mais sofisticadamente suas motivações e ligações com o ambiente social externo, bem como considera o sistema social aberto, e a influência dos valores e sentimentos sobre a produção. Este homem reativo dos humanistas continua a ser foco de integração à organização. Perde de vista fatores éticos e valorativos.

- Parentético: considera o homem com uma faculdade específica de ter uma reflexão crítica que o impede de obedecer cegamente a requisitos de eficiência. Trata-se da racionalidade noética, um atributo intrínseco ao indivíduo, que julga a organização, numa sociedade informada, com novas situações sociais que fazem com que estes indivíduos sejam capazes de distanciar-se do meio como um espectador e romper raízes para compreender circunstâncias externas e internas, visualizar oportunidades e buscar sentido à sua própria vida, além de buscar influenciar o ambiente e satisfazer-se com tarefas criativas, inovadoras e que renovem positivamente a realidade social.

Com esse novo modelo de homem, o parentético, as organizações e as relações profissionais precisam desenvolver-se e renovar-se para que representem e possibilitem às pessoas uma participação social verdadeira. Nesse contexto, se amplia a noção de que a tomada de decisão se baseia em informações sobre suas possíveis consequências imediatas ao homem e à organização, para uma noção real de ligação em essência entre homem, organização, sociedade e meio ambiente. Assim busca-se redefinir prioridades e metas, uma revolução na sociedade moderna. Isso porque, como expõe o autor, o homem parentético, muito bem identificável em muitos jovens atualmente, tem grande dificuldade em se adaptar às estruturas tradicionais, visto que tem uma grande reflexão crítica em relação à realidade social, às relações de poder e às ações organizacionais.

O homem parentético estaria então sofrendo com conflitos face às contradições que encara, advindas de conflitos morais e estruturais. Ele já teria internalizado em si valores

como responsabilidade sócio-ambiental, de participação efetiva na comunidade local e visão globalizada em suas decisões. Assim, para ele, as irregularidades e disfunções da modernidade estariam bem claras, ao mesmo tempo em que tem uma grande capacidade criativa. As estruturas organizacionais precisam agora, então, renovar-se para acompanhá-lo e ter proveito dessa evolução. Se o homem se modifica, temos novos perfis de usuários para a Contabilidade, e inclusive de operadores.

3.3 A ética na tomada de decisões e sua influência sobre a evidenciação sócio-ambiental das organizações

As organizações devem lealdade aos chamados *stakeholders*, aos investidores em geral, ou devem pensar na humanidade e na vida como um todo, numa linha de responsabilidade sócio-ambiental? E como ficaria a credibilidade do sistema financeiro, se não fossem atendidos os interesses dos investidores? Mas, será que esses investidores não são cada vez mais homens parentéticos? A própria criação de índices como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, e seus correlatos estrangeiros não seria um indício nesse sentido? Aí, faz-se necessário apresentar um conceito muito ligado à questão da evidenciação de impactos sócio-ambientais, que seria o de responsabilidade social das organizações.

Usando a definição de Fernandes (2000, p. 06):

Responsabilidade Social consiste no somatório de atitudes assumidas por agentes sociais – cidadãos, organizações públicas, privadas com ou sem fins lucrativos – estreitamente vinculadas a ciência do dever humano (ética) e voltadas para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Para lidar com o homem parentético, conforme perfil traçado por Guerreiro Ramos, nesse contexto em que muito se fala de responsabilidade sócio-ambiental das organizações, é necessário que seja ampliado o conhecimento, por parte de estudiosos e profissionais das mais diversas áreas, sobre o que vem a ser ética.

Ética é uma disciplina teórica que tem os fenômenos morais como objeto de estudo. Estes podem ser as morais históricas, os códigos de normas que regulam as relações e condutas dos agentes sociais, os discursos normativos que identificam o que é certo ou errado em cada coletividade. E as normas morais são “sistemas de normas que expressam valores; códigos que formalizam tomadas de posição diante de questões polêmicas que envolvem as condutas dos agentes” (SROUR, 2000, p.15). Então, convém explorá-la um pouco para tratar da questão da evidenciação da gestão sócio-ambiental, o exercer consciente do profissional contabilista, o perfil de investidores mais conscientes e cidadãos antenados na atuação das organizações.

Numa análise mais rigorosa e conceitual, percebe-se que “ser ético”, “ser honesto”, no sentido comum, se confunde muitas vezes na verdade com a amoralidade, ou seja, com o simples fato de não ser imoral. Isso poderia nos levar a entender que a moralidade, tecnicamente falando, ainda estaria em baixa no Brasil. Como seria o caso de dizer que certo é não fazer o errado e que isso seja o suficiente. Não que seja errado, pois não é errado, mas também não é ativo, é cômodo. Não fazer o que é considerado mal não quer dizer fazer o que é considerado bem. Voltando-se a um exemplo ambientalista: Não jogar lixo no chão seria amoral enquanto que recolher o lixo deixado por outros no chão seria moral. E, considerando-se que a moralidade é analisada de acordo com os efeitos da ação (ou omissão) sobre outrem, é assunto certo na pauta da discussão sobre a atitude das organizações de adotarem voluntariamente práticas de evidenciação de seus impactos sócio-ambientais.

Ainda segundo Srour (2000, p.50), há pelo menos duas teorias éticas, a da convicção (com suas vertentes do princípio e da esperança) e a da responsabilidade (com suas vertentes utilitarista e da finalidade). Pela ética da convicção, as ações são empreendidas de forma a respeitar princípios enquanto que pela ética da responsabilidade as ações são exercidas de acordo com suas consequências. Em suas tomadas de decisão, os diversos atores internos de uma organização se vêm frequentemente frente a dilemas que envolvem ambas.

Para a ética científica, ou ciência da moral, é difícil estabelecer o que vem a ser bem e mal, devido ao caráter relativista dos valores. Então, quando se enfrenta um problema moral, ao invés de se questionar o que seria melhor fazer, dever-se-ia questionar a quem suas decisões afetarão positivamente e a quem afetarão negativamente. Por tudo isso, a noção de ampliar não apenas os tipos de informações a serem evidenciadas pela Contabilidade como a acessibilidade dada a essas divulgações, é coerente com a noção de atitude ética que se espera atualmente das organizações.

Com a consolidação do marketing social e ambiental, infelizmente, muitas vezes a finalidade mercadológica e propagandística se sobrepõe à realização mais efetiva de ações de impactos sócio-ambientais positivos. Entretanto, como a mobilização social é bastante abrangente, os próprios *stakeholders* já começam a exercer pressão para que as organizações se posicionem e, certamente, as demonstrações contábeis são meios que devem ser trabalhados de forma a permitir esse controle por parte não apenas dos investidores como de qualquer interessado.

Enfim, a evidenciação dos impactos sócio-ambientais, num contexto em que muito se fala de sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social das organizações, não deve ser encarada como estratégia de uma ou outra organização, à beira de serem compreendidas como uma proposta unilateral, fazendo-se propaganda daquilo que apesar de ainda não obrigatório em muitos países, é dever das organizações que pretendem se manter atuantes, inovando de forma a acompanhar a demanda dos usuários (sociedade).

Tampouco as evidenciações socioambientais devem se dar apenas para atendimento paliativo de uma necessidade mercadológica, atendendo minimamente ao anseio social. E, para tanto, é essencial a participação atenta da sociedade nas decisões organizacionais que geram impactos sócio-ambientais. Da mesma forma, encara-se como essencial a participação ativa da comunidade acadêmica, no sentido de colocar-se à disposição do que se fizer necessário nesse processo de evolução das relações entre organizações e sociedade, o que pode muitas vezes requerer mudanças de paradigmas.

3.4 Ideologias e mudança de paradigmas

Segundo Burrell e Morgan (1979), para assumir uma postura crítica face às produções e ações no campo das ciências sociais aplicadas, é necessário estudar os paradigmas que norteiam suas teorias, pois estas desvendam os pressupostos subjacentes às teorias sociais, que se baseiam em uma filosofia da ciência e uma teoria da sociedade.

Segundo esses autores, as ciências sociais têm caráter ideológico, por ser o seu objeto intrinsecamente ideológico. Uma ideologia pode ser entendida, por exemplo, como o modo como justificamos nossas posições políticas, nossos interesses pessoais, ou seja, como justificação de posicionamentos. Ela forma um sistema teórico-prático, escondendo-se atrás da linguagem científica, na tentativa de gozar da confiabilidade que esta alcançou em nossa sociedade.

Para entender a presença da ideologia na sociedade, parte-se da idéia de que o poder é algo estrutural nesta, de que sempre existiram sistemas de poder influenciando a vida social. O poder se expressa de maneiras diversas, a exemplo dos poderes coercitivo, disciplinar e

normalizador. As relações de poder precisam ser legitimadas na sociedade, por serem fonte de conflitos, podendo haver resistência. Assim, para fugirem à contestação, legitimam-se através de uma ideologia, que encobre a tendência opressora advinda do conflito, para que tal situação aparente ser normal, e até desejável.

Então, ao servir de instrumento para institucionalizar a legitimação e disfarçar a imposição do poder, deturpa a realidade através da produção de representações mentais, de ordem teórica e prática, que levam ao convencimento da sociedade quanto à normalidade e à necessidade da estrutura de relações vigente, mascarando a sobreposição dos interesses de grupos dominantes. Assim, socialmente, a ideologia serve de instrumento de coesão aos grupos e às classes, fundamentando uma crença em comum que legitima a situação vigente e evitando a contestação e a mudança de posição dos seus membros, que temeriam imposições mais severas. Fique registrado que essa é apenas uma das possíveis formas de se encarar as relações de poder, que são bastante complexas e uma discussão aprofundada sobre esse tema não está ligada diretamente ao objetivo desse trabalho.

Em seu dicionário de Sociologia, Johnson (1997, p.126) define ideologia como:

Um conjunto de crenças, valores, atitudes culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o *statu quo*.

Em Ferreira (1999), ideologia é o:

Conjunto de idéias, crenças e doutrinas, próprias de uma sociedade, de uma época ou de uma classe, e que são produto de uma situação histórica e das aspirações dos grupos que as apresentam como imperativos da razão; sistema organizado e fechado de idéias que serve de base a uma luta política. É um termo usado no senso comum contendo o sentido de "conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas.

Isso é muito marcante na produção de conhecimento. Assim, o conhecimento é socialmente criado, servindo também de base para nosso senso de realidade. Se considerado como sendo produzido e moldado pela cultura e estrutura dos sistemas sociais, as classes dominantes moldam o desenvolvimento de conhecimento e sua divulgação de acordo com seus interesses. Tal perspectiva coloca aos profissionais e acadêmicos o questionamento ético: a serviço de quem estamos?

Por conta, então, dessa forte presença ideológica no campo das Ciências Sociais ditas aplicadas como Administração e Ciências Contábeis, áreas de estudo se desenvolvem aos poucos com o objetivo de analisar os discursos sócio-ambientais das organizações, comparando-os às práticas efetivas, sendo este um dos dilemas dessas ciências. Estes estudos buscam aprofundar-se na questão de forma a poder entender as razões reais por trás dos discursos. O discurso geralmente serve para manter uma imagem desejável da organização, independente de ser negativa ou positiva, é uma estratégia de mercado. Pode estar querendo mostrar algo positivo que não é factício ou esconder algo negativo que poderia ser prejudicial à organização.

Como é muito simples elaborar propagandas, divulgando ações socialmente corretas e projetos mantidos por uma organização, o controle das organizações por parte dos interessados pode muito ser viabilizado e expandido através da adoção de divulgações cada vez mais acessíveis, compreensíveis, confiáveis e comparáveis, que incluam aspectos sócio-ambientais. Assim, aponta-se a extrema importância de estudos em Ciências Contábeis sobre evidenciação de impactos socioambientais.

É natural que diversas organizações tenham interesse em fazer com que as pessoas tenham uma percepção de que se tratam de organizações competentes, éticas e transparentes.

Averiguar se o divulgado condiz com as reais práticas da organização serve, portanto, para indicar a força do paradoxo discurso-prática nas organizações. Então, enquanto muitos estudiosos interdisciplinares buscam entender essas motivações com análise do discurso, para verificar e avaliar a credibilidade das comunicações organizacionais, a Contabilidade aos poucos desponta com estudos relevantes para esse controle interno e externo.

Uma das ideologias predominantes nos estudos organizacionais e que se estende à gestão do meio ambiente é o utilitarismo. Em teoria, trata-se de um princípio ético segundo o qual uma decisão ou ação é correta ou não de acordo com o benefício intrínseco exercido à coletividade. Quanto maior o benefício universalista, melhor. Porém, ao tomar um forte caráter humanista e imediatista, na prática, o utilitarismo avalia uma ação em função de suas consequências em relação aos fatores e/ou indivíduos considerados importantes. Em Contabilidade, na prática e na pesquisa, os demonstrativos contábeis são igualmente elaborados ou estudados conforme sua utilidade.

A ideologia exerce, então, uma grande força sobre o ser humano, determinando suas ações. Para que estas sejam mais universalistas, o indivíduo precisa ter uma visão mais abrangente do mundo, das relações sociais, do ambiente. Para tanto, é de extrema importância a educação e a internalização de valores compatíveis com tal visão, se adotarmos a concepção de que o homem se desenvolve culturalmente, socialmente e não nasce com uma personalidade já definida. Nesse sentido, encorajar reflexões sobre esses assuntos em todo o meio acadêmico, sobretudo se tratando de ciências sociais aplicadas, é um bom começo.

Nos estudos do desenvolvimento das teorias vê-se que ocorrem fases de estabilização de teorias como dominantes, na chamada Ciência Normal. Uma ou mais ideologias predominam no ensino e estudos acadêmicos, enquanto as ditas alternativas são desenvolvidas à parte. Quando as ideologias vigentes entram em crise, assim por dizer, essas teorias não conseguem mais se adaptar à realidade, e aos poucos as teorias alternativas ganham espaço, e assim por diante.

Para Iudícibus (2009, p. 16):

em termos de entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional, e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

Portanto, ainda que as teorias tentem se adequar à realidade social momentânea, as mudanças de paradigmas não acompanham a dinâmica social e então, a teoria pode muitas vezes estar em dissintonia com a prática necessária. Compreende-se, pois, o quão importante são essas considerações em relação ao desenvolvimento das Ciências Contábeis e que as ideologias estando presentes nas Ciências Sociais, não sendo possível desvincular-se totalmente delas, a Contabilidade também se desenvolve no sentido de abranger ideologias ambientalistas e sociais em seus estudos e práticas.

4 A influência da evolução dos conceitos de homem, organização e meio ambiente sobre a evolução da Contabilidade

A evolução dos conceitos de homem, organização e meio ambiente, advinda da evolução da própria sociedade, leva a uma perspectiva sociológica da evolução da Contabilidade, como ciência social aplicada. Considerando as mudanças das relações sociais e do próprio ser humano, a demanda informacional não apenas aumenta como se modifica, colocando à Contabilidade o desafio de se adaptar a essa dinâmica social.

Dentre os temas atuais de discussão sobre sustentabilidade, tem-se a responsabilidade sócio-ambiental, que movimentou debates nas mais diversas áreas do conhecimento, não sendo diferente para a Contabilidade. Como ‘linguagem dos negócios’, a Contabilidade é meio de comunicação importante para diversas organizações, tendo por finalidade prover os usuários com as informações que julgam importantes para sua tomada de decisão. Assim, ao longo do tempo, a evolução social é acompanhada pela demanda de novas formas de as organizações evidenciarem suas ações, de forma ética, aos interessados.

Ultimamente, crescem os estudos que visam a aprimorar formas de as organizações evidenciarem impactos sócio-ambientais, como meio de prestar conta do uso dos recursos a toda a sociedade, cabendo à Contabilidade igualmente se adaptar neste sentido.

O homem parentético de Guerreiro Ramos, segundo ele é já bastante reconhecível entre muitos jovens profissionais, investidores, políticos, enfim, atores sociais em geral desde a década de 70. Esse modelo de homem vem se consolidando mais ainda com o passar do tempo, o que faz com que as ciências sociais todas necessitem se adequar a esse homem.

5 Considerações finais

Aos poucos a noção de homem, organização e meio ambiente se estreitam, ampliando-se ao longo do tempo, sendo considerado que a gestão sócio-ambiental é necessária de forma generalizada. Prestar conta, portanto, a todos os indivíduos interessados tem sido um reflexo dessa evolução ao longo do tempo. Mesmo porque, os cidadãos em geral são potenciais consumidores dos bens e/ou serviços prestados pelas diversas organizações.

Se, portanto, o perfil desses novos usuários se modifica, e a demanda por transparência cresce de tal forma que seja motivada a criação de mecanismos de evidênciação que possibilitem a avaliação das ações organizacionais no que diz respeito aos impactos sociais e ambientais, considera-se que foi possível demonstrar a forte ligação entre o desenvolvimento dos conceitos de homem, organização e meio ambiente com a evolução da Contabilidade. Além do mais, verifica-se que todos na sociedade são potencialmente afetados pelas ações organizacionais, o que expande vertiginosamente a noção de usuário das informações contábeis.

A evidênciação socioambiental pode ser, por isso, vista como reflexo dessa evolução social, que provavelmente culminará em uma grande expansão dos estudos em Contabilidade, e da própria atuação profissional. Portanto, considerado o desencontro temporal entre as mudanças e o atendimento das demandas sociais por informações, alerta-se que tais conclusões mostram a evidênciação sócio-ambiental como um desafio para pesquisadores e profissionais das ciências contábeis, em busca da redução da assimetria informacional, num alcance cada vez maior aos cidadãos.

Este trabalho não abrange todos os pontos de vistas, das mais diversas teorias existentes e as linhas de pesquisa de diversos países, sugerindo-se que pesquisas futuras dêem continuidade a esta linha de estudo dos conceitos de homem, organizações e meio ambiente pesquisando diversos autores nacionais e internacionais, alinhando-os igualmente com o desenvolvimento da Contabilidade, a fim de melhor conhecer sua base sociológica.

Outra linha de pesquisa sugerida é a respeito do desenvolvimento da noção do que vem a ser patrimônio. Percebeu-se, na elaboração desse trabalho, que essa noção possivelmente foi sendo ampliada ao longo do tempo, sendo considerado que uma gestão sócio-ambiental é necessária de forma generalizada, devido ao fato de encarar-se todos os recursos como patrimônio coletivo, e a própria sustentabilidade sendo reflexo do princípio da continuidade assim pro dizer, social.

6 Referências

- BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1979.
- FERNANDES, Ângela. **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas**. Manaus: INTERCOM, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. (R. Jungmann, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MARTINS, Eliseu; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Modelos de homem e teoria administrativa**. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas. PUC – Paraná, n. 3, dez. 2001. Disponível em: <http://www.facape.br/controladoria/1/Modelo_de_homem_e_de_administracao.doc>. Acesso em 10 jan. 2011.
- RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marcleide; LOPES, Jorge (org.). **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SÁ, A. Lopes de. **História geral e das doutrinas de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**: a gestão da reputação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.